



REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES Nº de 2011

(da Sra. Mara Gabrilli)

Requer que sejam prestadas informações pelo Sr. Ministro de Estado da Secretaria de Aviação Civil acerca do cumprimento da Resolução Nº 009 de 05 de Junho de 2007 da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, c/c o art. 24, inciso V e §2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Senhor Ministro de Estado da Secretaria de Aviação Civil para esclarecer os seguintes questionamentos relativos ao cumprimento da Resolução Nº 009 de 05 de Junho de 2007 da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC, que aprova a Norma Operacional de Aviação Civil que dispõe sobre o acesso ao transporte aéreo de passageiros que necessitam de assistência especial.

1 - O art. 51 da referida Resolução dispõe que as empresas aéreas manterão registro dos passageiros que necessitam assistência especial junto a ANAC. Diante disso, qual foi o total de passageiros com deficiência transportados em vôos domésticos e internacionais de 2007 até o presente? Existe estimativa do total de pessoas com deficiência que circulam pelos aeroportos? Caso exista, requeiro envio da referida estimativa.

2 - O art. 8º, §2º da mesma Resolução estabelece que serão fornecidas todas as informações inerentes a boa prestação dos serviços de transporte aéreo em formato acessível, desde o início até o término da viagem. Com base nisso, pergunta-se quantos intérpretes LIBRAS existem em cada aeroporto brasileiro? Quantos manuais em Braille existem nas aeronaves que circulam em território nacional? Quantos assistentes de voo receberam treinamento necessário à comunicação em LIBRAS?

3 - Quantos treinamentos já foram realizados no âmbito da INFRAERO conforme dispõe o art. 9 da Resolução 9 de 2007 ? E no âmbito das companhias? Quantas pessoas já foram treinadas no total? Alguma empresa já foi autuada por não realizar esses treinamentos?



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA MARA GABRILLI – PSDB/SP

4 - Com base no art. 16 da mesma Resolução, quantos aeroportos contam com acessibilidade nos moldes do disposto no Decreto Federal Nº 5.296 de 2004? Quais?

5 - Conforme o art. 18, quantos e quais aeroportos brasileiros reservam 2% de suas vagas de estacionamento para as pessoas com deficiência?

6 - O art. 20 dispõe que as empresas ou operadores de aeronaves deverão assegurar o movimento de pessoas com deficiência entre as aeronaves e o terminal e para tanto deverão oferecer veículos equipados com elevadores ou outros dispositivos (*ambulifts*) quando a aeronave estacionar em posição remota. Diante disso, pergunta-se:

a) Quantos e quais aeroportos brasileiros contam com *ambulifts* ? Discriminar em lista a relação contendo os nomes dos aeroportos.

b) Quantos *ambulifts* cada empresa possui e como estão eles distribuídos por companhia pelo território nacional?

c) Quem é o responsável pela operação dos *ambulifts* dentro da área aeroportuária? Administração aeroportuária ou empresas?

d) Quem é o responsável pela manutenção dos *ambulifts* dentro da área aeroportuária? Administração aeroportuária ou empresas?

e) Quantos técnicos treinados em operação de *ambulifts* existem no Brasil? Como estão eles distribuídos pelos aeroportos no território nacional?

f) Quantos *ambulifts* estão em funcionamento em cada aeroporto nacional?

g) Existe um modelo padrão de *ambulift* em todo território nacional? Foram realizadas licitações para aquisição dos referidos equipamentos? Se sim, quantos foram adquiridos?

h) Com base no art. 51, existe algum cálculo sobre a proporção ótima de *ambulifts* por pessoas com deficiência a ser contemplada em cada aeroporto?

7 - Quantos *fingers* estão disponíveis para uso nos aeroportos brasileiros? Existe alguma previsão que reforce a obrigatoriedade dos *ambulifts* quando o aeroporto não conta com *fingers*?

8 - Conforme dispõe o art. 36 da Resolução, quantas aeronaves em uso no Brasil são adaptadas em consonância com as normas de acessibilidade da ABNT?



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA MARA GABRILLI – PSDB/SP

9 - Já foi aplicada alguma multa fundamentada na Resolução 9 de 2007, combinada com a Resolução 25 de 2008? Se sim:

- a) Quais empresas foram autuadas?;
- b) Quais foram as penalidades?;
- c) Qual foi a importância recolhida?;
- d) Qual o destino dado aos recursos obtidos por meio da aplicação das multas acima referidas?

10 - Quantos agentes de fiscalização estão atualmente em atividade nos aeroportos brasileiros, conforme o art. 4º da Resolução? E quais as atribuições que efetivamente exercem?

JUSTIFICAÇÃO

As Leis 10.098 e 10.048 ambas de 2000 introduziram em nosso ordenamento jurídico um compromisso público de promoção da acessibilidade física e de serviços. Em 2004 foi editado o Decreto nº 5.296, que as regulamentou.

No Decreto, ficou estabelecido o prazo de 36 meses da data de sua publicação para que os serviços de transporte coletivo aéreo e os equipamentos de acesso às aeronaves fossem adaptados para receber as pessoas com deficiência.

Art. 44. No prazo de até trinta e seis meses, a contar da data da publicação deste Decreto, os serviços de transporte coletivo aéreo e os equipamentos de acesso às aeronaves estarão acessíveis e disponíveis para serem operados de forma a garantir o seu uso por pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Em Junho de 2007 foi editada a Resolução Nº 5 de 2007 da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC -, que estabeleceu regras para as companhias de transporte aéreo e as administradoras aeroportuárias cumprirem as normas gerais presentes aos diplomas já citados. Disciplinou a responsabilidade pelo transporte aéreo de pessoas com deficiência, dividindo competências e criando direitos para os passageiros.

Ocorre que à Resolução não se tem dado a devida eficácia. Inúmeros relatos de passageiros com deficiência atestam falhas no cumprimento das normas da Resolução. A queixa mais freqüente é a ausência de equipamento para o desembarque da aeronave das pessoas com deficiência, o



chamado *ambulift*. Tal equipamento muitas vezes não existe nos aeroportos, ou quando existe apresenta falhas mecânicas que impedem seu uso.

Eu mesma, tetraplégica há mais de 15 anos, tenho sido acometida por essas falhas na execução da legislação. No dia 02 de Março quando retornava de Brasília numa aeronave da TAM fui surpreendida com a ausência de ambulifts no maior aeroporto do país, o aeroporto internacional de Cumbica. Fiquei "presa" por mais de duas horas na aeronave, pois o *ambulift* daquele aeroporto estava inoperante há mais de um mês e meio, em flagrante desrespeito ao art. 20 da Resolução. Ainda, ao arrepio do art. 11 da mesma norma, tentaram me carregar no colo, pondo em risco minha integridade física e moral. A solução encontrada foi permitir que um *ambulift* de fora do aeroporto viesse fazer exclusivamente este traslado.

O acontecimento foi amplamente noticiado pela mídia nacional, que questionou a capacidade dos aeroportos nacionais para lidar com passageiros que necessitem de cuidados e providências especiais, como se observa da notícia abaixo transcrita:

"03/03/2011 - 05h10

Deputada cadeirante fica presa em avião em SP

RACHEL AÑÓN
DE SÃO PAULO

Atualizado em 04/03/2011 às **17h49**.

A deputada federal Mara Gabrilli (PSDB-SP) ficou presa por duas horas no interior de um avião na noite desta quarta-feira (2) no aeroporto internacional de Guarulhos (Grande SP) após se recusar a sair sem o equipamento adequado para desembarque de cadeirantes. A deputada é tetraplégica.

Gabrilli estava no voo 3563 da TAM, que vinha de Brasília e chegou por volta das 21h de ontem. O avião parou em posição remota no interior do aeroporto, fora das áreas de fingers (passarelas que ligam os portões de embarque às aeronaves). Neste caso, o desembarque de passageiros com mobilidade reduzida deve ser feito com ambulift (espécie de carrinho com elevador).

Segundo a deputada, apenas em terra a TAM informou que os aparelhos da empresa e da Infraero estavam quebrados, e que ela seria carregada por um dos comissários para fora da aeronave.

"Bati o pé e disse que eu não iria. Chovia forte no momento e estou com tosse. O risco é muito grande para uma pessoa como eu e o aeroporto deve ter os equipamentos necessários para estes casos."

Ainda segundo Gabrilli, funcionários da TAM tentaram convencê-la alegando que haveria demora na solução do impasse, uma vez que os equipamentos estariam quebrados há um mês e meio.



Solidários, os comissários da aeronave acionaram a torre de controle do aeroporto para usarem um dos fingers para o desembarque da deputada. Mas o procedimento não foi autorizado.

Uma resolução da Anac (agência que regula a aviação civil no país) obriga as empresas aéreas ou operadores de aeronaves a assegurar o movimento de pessoas portadoras de deficiência entre os aviões e o terminal com dispositivos adequados para efetuar, com segurança, o embarque e desembarque.

A deputada disse que chegou a acionar a Anac, mas a agência não demonstrou interesse pelo caso.

Apenas por volta das 23h, funcionários da TAM conseguiram um ambulift que estava fora de uso e fosse liberado pela Infraero apenas para a retirada da deputada.

"Tomei chuva e a pessoa responsável pelo aparelho não me amarrou (colocou o cinto de segurança). Foi minha assistente que prendeu o cinto de segurança com o ambulift em funcionamento. Ninguém teve essa atitude. Os funcionários não tem o preparo necessário ainda."

Editoria de Arte/Folhapres

SOBRE O AMBULIFT

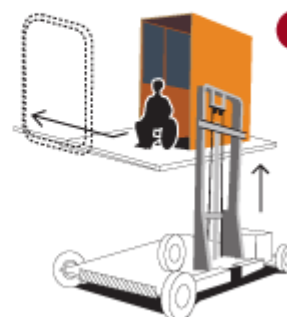
O que é

Ônibus que tem um elevador. É usado para mover do avião passageiros com dificuldades de locomoção



Como funciona

1 A pessoa na cadeira de rodas sobe pela placa de metal



2 Depois, ela alcança a aeronave com uma espécie de elevador

OUTRO LADO

A companhia área TAM lamentou, por meio de nota, os transtornos causados à deputada. Segundo a empresa, a passageira esperou durante 1h05 dentro do avião.

"A passageira desembarcou com segurança e foi acompanhada até o seu carro", disse a TAM, ressaltando que tem equipe treinada para lidar com essas situações.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
GABINETE DA DEPUTADA MARA GABRILLI – PSDB/SP

Hoje, a Anac (Agência Nacional de Aviação Civil) investigava o problema da falta de ambulifts no aeroporto de Cumbica. Segundo a agência, será aplicada uma multa à TAM por não ter transportado a passageira com segurança. O valor varia de R\$ 10 mil a R\$ 25 mil.

CONGONHAS

O arquiteto Fernando Porto de Vasconcellos, 71, sofreu um acidente durante o uso do ambulift no aeroporto de Congonhas (SP) no dia 11 de dezembro de 2010.

Cadeirante desde que sofreu um AVC (acidente vascular cerebral), Vasconcellos estava com uma funcionária da Gol quando uma freada brusca do carro fez a acompanhante cair sobre a cadeira de rodas. Ele foi arremessado ao chão e bateu a cabeça.

A Infraero abriu uma sindicância para investigar o acidente.”

Fonte: Jornal Folha de São Paulo, disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/883680-deputada-cadeirante-fica-presa-em-aviao-em-sp.shtml>, acessado em 11/03/11 às 16:45

Após a repercussão do episódio recebi diversos emails e mensagens de pessoas com deficiência informando que passaram pela mesma situação. Em Uberlândia, por exemplo, foi ajuizada uma ação civil pública pelo Ministério Público Federal a pedido do Conselho Municipal do Direitos das Pessoas com Deficiência contestando a ausência de ambulifts no aeroporto local.

Devido a episódios como esses se faz necessária a investigação acerca dos fatos que tem levado a tamanho desrespeito dos direitos estabelecidos pelas leis, pelo Decreto e pela própria Resolução.

Sala das Sessões em de Abril de 2011.

Mara Gabrilli

Deputada Federal

PSDB-SP